

# Direito Administrativo

Prof. Thiago Nóbrega

27/09/18

**1 (Ano: 2018; Banca: COMPERVE; Órgão: SESAP-RN; Prova: Farmacêutico)**

A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta licitações e contratos da administração pública. Contudo, algumas situações previstas na lei permitem a não ocorrência de processo licitatório. Uma situação passível de inexigibilidade da licitação de medicamentos é

- a) compra a laboratórios oficiais.
- b) aquisições no valor de até R\$ 8.000,00.
- c) inviabilidade de competição.
- d) calamidade ou emergência pública.

**2 (Ano: 2017; Banca: COMPERVE; Órgão: UFRN; Prova: Assistente em Administração)**

Segundo o art. 22 da Lei n. 8.666/93, são cinco as modalidades de licitação. Uma delas é a modalidade Convite utilizada por

- a) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos exigidos no edital.
- b) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos em número de três pela unidade administrativa.
- c) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro ano anterior à data do recebimento das propostas.
- d) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital público.

**3 (2017; Banca: COMPERVE; Órgão: MPE-RN; Prova: Técnico de Administração)**

Entre os princípios informadores da licitação, estão o procedimento formal, a publicidade, a igualdade entre os licitantes, a vinculação aos termos do instrumento convocatório e a adjudicação compulsória. Nesse contexto, o princípio da

- a) adjudicação compulsória não impede que a Administração Pública possa adiar a contratação quando haja motivo para tal.
- b) publicidade impede que o conteúdo das propostas seja mantido em sigilo em qualquer momento do procedimento licitatório.
- c) vinculação ao instrumento convocatório não se aplica no julgamento das propostas, aplicando-se na etapa inicial da licitação.
- d) igualdade entre os licitantes impede que a lei de licitações preveja qualquer critério de desempate.

**4 (Ano: 2017; Banca: COMPERVE; Órgão: MPE-RN; Prova: Técnico de Administração)**

Conforme entendimento da doutrina pátria, licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Com relação às modalidades de licitação previstas na lei 8.666/93,

- a) a tomada de preços é vedada para contratação de obras e serviços de engenharia de valores até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- b) o leilão ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

c) o concurso ocorre entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto.

d) a Administração poderá utilizar a tomada de preços nos casos em que couber convite e, nos casos em que couber a tomada de preços e o convite, poderá utilizar a concorrência.

**5 (Ano: 2017; Banca: COMPERVE; Órgão: MPE-RN; Prova: Técnico de Administração)**

Nos termos do art. 37, XXI da Constituição Federal, a realização do procedimento licitatório é a regra para a contratação pela Administração Pública ressaltando, entretanto, a possibilidade de a legislação especificar casos em que a licitação não será realizada. A lei 8.666/93 prevê hipóteses em que haverá dispensa ou inexigibilidade da licitação. Com base nas hipóteses legalmente previstas,

- a) a inviabilidade de competição é a principal característica dos casos de dispensa de licitação, enquanto as hipóteses de inexigibilidade tratam de situações em que a concorrência é possível.
- b) é vedada a dispensa de licitação de obra ou serviço de engenharia, seja qual for o valor da contratação, dada a incompatibilidade da dispensa com a modalidade de licitação.
- c) a licitação é inexigível quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento, de modo a viabilizar o atendimento da supremacia do interesse público.
- d) é dispensável a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

**6 (Ano: 2017; Banca: COMPERVE; Órgão: MPE-RN; Prova: Técnico de Administração)**

O pregão, regido pela lei 10.520/02, é uma modalidade de licitação bastante utilizada pela Administração Pública. Sobre essa modalidade de licitação, analise as afirmativas a seguir:

**I Permite especificações excessivas do objeto da licitação, ainda que limite a competição, dadas as suas peculiaridades.**

**II Somente pode ser utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.**

**III Pode ser realizada por meio de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.**

**IV Permite a exigência de garantia da proposta, de modo a preservar o interesse da Administração.**

Dentre as afirmativas, estão corretas

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.

**7 (2017. COMPERVE. UFRN. Auditor)**

Um servidor estável retornou ao cargo anteriormente ocupado, após constatada, em estágio probatório, sua inabilitação para outro cargo. Com base nas disposições expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), esse servidor foi

- a) readaptado.
- b) reconduzido.
- c) reintegrado.
- d) aproveitado.

**8 (2017. COMPERVE. UFRN. Auditor)**

De acordo com as normas previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), remuneração é

- a) a soma do vencimento do cargo efetivo com as diárias e vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.
- b) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- c) o vencimento do cargo efetivo, acrescido do auxílio-moradia, das diárias, das retribuições e da ajuda de custo.
- d) a soma das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei com as gratificações e os adicionais.

**9 (2017. COMPERVE. UFRN. Auditor)**

A Lei nº 8.112/90 prevê que as reposições e indenizações ao erário podem ser parceladas, a pedido do interessado, sendo que o valor de cada parcela se limita a, no mínimo,

- a) treze por cento da remuneração, provento ou pensão.
- b) onze por cento da remuneração, provento ou pensão.
- c) doze por cento da remuneração, provento ou pensão.
- d) dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

**10 (2017. COMPERVE. UFRN. Auditor)**

Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte opera com substâncias radioativas. À luz das normas expressas na Lei nº 8.112/90, esse servidor deve ser submetido a exame médico a cada

- a) oito meses.
- b) seis meses.
- c) sete meses.
- d) nove meses.

**11 (2017. COMPERVE. UFRN. Auditor)**

Segundo dispõe a Lei nº 8.112/90, a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à Licença para Atividade Política, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de

- a) cinco meses.
- b) seis meses.
- c) três meses.
- d) quatro meses.

**12 (2017. COMPERVE. UFRN. Auditor)**

O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. À luz das disposições previstas na Lei nº 8.112/90, a comissão revisora deverá concluir os trabalhos dentro do prazo de

- a) setenta e cinco dias.
- b) sessenta e cinco dias.
- c) setenta dias.
- d) sessenta dias.

**13 (2017. COMPERVE. UFRN. Assistente em Administração)**

Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

- I- Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor, ainda que seu cônjuge ou companheiro ocupe imóvel funcional.
- II- A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.
- III- Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- IV- A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) está excluída das revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.

**14 (2017. COMPERVE. UFRN. Assistente em Administração)**

Com base nas disposições previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), um servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá

- a) receber 50% de cada adicional.
- b) acumular os dois adicionais.
- c) optar por um deles.
- d) renunciar a 80% de cada adicional.

**15 (2017. COMPERVE. UFRN. Assistente em Administração)**

Um servidor ativo, em débito com o erário, foi demitido após um processo administrativo disciplinar. À luz do que dispõe a Lei nº 8.112/90, esse servidor deverá quitar o débito no prazo de

- a) noventa dias.
- b) oitenta dias.
- c) setenta dias.
- d) sessenta dias.

**16 (2017. COMPERVE. UFRN. Assistente em Administração)**

Considerando as normas expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

- I- O servidor terá direito à Licença para Atividade Política, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- II- Concluído o serviço militar, o servidor terá até vinte dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- III- A Licença para o Desempenho de Mandato Classista terá duração igual à do mandato, podendo ser renovada, no caso de reeleição.
- IV- A Licença para Tratar de Interesses Particulares extinguirá o vínculo do servidor com a administração pública federal.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.

**17 (2017. COMPERVE. UFRN. Assistente em Administração)**

Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte está afastado para missão no exterior. À luz das normas previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), a ausência desse servidor será de, no máximo,

- a) quatro anos, e finda a missão, somente decorrido o dobro do período do afastamento, será permitida nova ausência.
- b) cinco anos, e finda a missão, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
- c) quatro anos, e finda a missão, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
- d) cinco anos, e finda a missão, somente decorrido o dobro do período do afastamento, será permitida nova ausência.

18 (2017. COMPERVE. UFRN. Assistente em Administração)

Os prazos previstos no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90) serão contados

- em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.
- em dias úteis, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.
- em dias corridos, incluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.
- em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

19 (2017. COMPERVE. UFRN. Auxiliar administrativo)  
Segundo dispõe a Lei nº 8.112/90, “A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.”

Para fins de gratificação natalina, a referida lei considera como mês integral a fração igual ou superior a

- treze dias.
- quatorze dias.
- quinze dias.
- doze dias.

20 (2017. COMPERVE. UFRN. Auxiliar administrativo)  
Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), acerca do Direito de Petição, analise as afirmativas a seguir:

- A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
- O prazo para interposição de pedido de reconsideração é de sessenta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- O recurso, quando cabível, não interrompe a prescrição.
- Caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- I e II.
- II e IV.
- III e IV.
- I e IV.

21 (2017. COMPERVE. UFRN. Auxiliar administrativo)  
A instauração, o inquérito administrativo e o julgamento são as fases do processo administrativo disciplinar. À luz das disposições expressas na Lei nº 8.112/90, a autoridade julgadora proferirá sua decisão no prazo de

- trinta e cinco dias, contados do recebimento do processo.
- vinte e cinco dias, contados do recebimento do processo.
- vinte dias, contados do recebimento do processo.
- trinta dias, contados do recebimento do processo.

22 (Ano: 2017; Banca: COMPERVE; Órgão: UFRN; Prova: Engenheiro)

Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90) quanto ao regime disciplinar e ao processo disciplinar, analise as afirmativas a seguir:

I Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por quarenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

II Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

III A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompem a prescrição.

IV A ação disciplinar referente à penalidade de suspensão prescreverá em dois anos, a contar da data em que o fato se tornou conhecido.

Das afirmativas, estão corretas

- II e IV.
- I e III.
- II e III.
- I e IV.

23 (2017. CESPE. SEDF. Direito)

O prefeito de determinado município utilizou recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para pagamento de professores e para a compra de medicamentos e insumos hospitalares destinados à assistência médico-odontológica das crianças em idade escolar do município.

Mauro, chefe do setor de aquisições da prefeitura, propositalmente permitia que o estoque de medicamentos e insumos hospitalares chegasse a zero para justificar situação emergencial e dispensar indevidamente a licitação, adquirindo os produtos, a preços superfaturados, da empresa Y, pertencente a sua sobrinha, que desconhecia o esquema fraudulento.

A respeito da situação hipotética apresentada e de aspectos legais e doutrinários a ela relacionados, julgue o item a seguir.  
A conduta de Mauro constitui ato de improbidade administrativa.

24 (2017. Quadrix. SEDF. Professor – Direito)

Acerca do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

As normas que descrevem os atos de improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

25 (2016. COMPERVE. Câmara de Natal – RN. Guarda Municipal)

O regime jurídico administrativo é composto por inúmeras normativas que conferem unidade ao Direito Administrativo brasileiro. Majoritariamente, a doutrina apresenta essas normativas como princípios. O art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 expõe que a publicidade é princípio da Administração Pública. Sobre esse princípio, a Constituição determina que

- é proibido ao Poder Público formular publicidade de qualquer espécie, inclusive aquelas realizadas por órgãos públicos com caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- é proibido ao Poder Público formular publicidade de qualquer espécie, salvo aquelas realizadas para oferecer ao público em geral explicações sobre a vida privada dos gestores.